

Uma História da Filosofia

31 Descartes

Por Dr. Arthur Holmes do Wheaton College

Esta semana, nossa atenção estará voltada para René Descartes, e espero que vocês percebam imediatamente o que está acontecendo em relação a essa interseção de tradições nos tempos modernos. Já analisamos Bacon e Hobbes, da tradição empirista britânica que estava se desenvolvendo, chegando até cerca de 1700. E agora vamos analisar Descartes, que será seguido por Spinoza e Leibniz, o que nos levará até cerca de 1700 na tradição racionalista continental.

Então, estamos passando para a filosofia continental. E o contraste, ao longo de toda a linha, se apresenta mais ou menos assim: Hobbes, como vimos, é claramente um nominalista, muito influenciado por Guilherme de Ockham.

Não existem universais verdadeiros, os únicos princípios explicativos necessários para explicar qualquer processo no mundo físico, nos seres humanos ou no corpo político. Simplesmente causa eficiente, causa material. Não existem causas formais ou finais.

Consequentemente, seu nominalismo dá origem a uma epistemologia puramente empirista, na qual ele tenta enxergar, à maneira baconiana, os padrões uniformes das aparentes relações de causa e efeito. Em contraste, veremos que Descartes não é um nominalista, mas um conceitualista. E, claro, é isso que torna possível seu racionalismo.

Ou seja, o tipo de racionalismo que sustenta que possuímos algum conhecimento intuitivo, num sentido diferente do de Platão, inato, de princípios gerais, conceitos universais, entende? Assim, ele consegue chegar às suas premissas logicamente universais como algo além de generalizações empíricas, porque ele é um conceitualista. Nós, de fato, possuímos conhecimento intuitivo de certos princípios universais.

Então Descartes, o racionalista, nessa teoria do conhecimento, assim como Hobbes e Descartes, tem uma visão representacional. Ou seja, a consciência, e digo consciência em vez de mente ao falar de Hobbes por razões óbvias, está imediatamente ciente de suas ideias, que representam para ela realidades externas. Portanto, a questão é que existe uma barreira cognitiva entre nossos estados mentais e as realidades externas, de modo que não temos consciência direta das realidades externas.

Só as conhecemos em virtude dessas representações na consciência, ou seja, nossas ideias. Ideias sensoriais, ideias empíricas para Hobbes, mas isso incluiria, é claro,

ideias intuitivas para Descartes. Mas em ambos os casos, eles têm uma teoria representacional do conhecimento, certo? Isso se tornará muito, muito importante.

Vimos isso em Hobbes em termos de sua distinção entre qualidades primárias e secundárias, porque, embora as qualidades primárias sejam de fato qualidades de coisas externas, elas são representadas em nossas mentes em associação com qualidades secundárias. E essas qualidades secundárias são representações puramente subjetivas, sem contrapartida objetiva. Assim, a epistemologia se desenvolve dessa forma.

Ao falar de metodologia, mencionei que o método de Hobbes foi inspirado em Galileu, um método reconstitutivo, uma tentativa de reestruturar nossa compreensão na forma de um sistema dedutivo com premissas empíricas. Em outras palavras, é uma forma pedagógica ou retórica de estruturá-lo para facilitar a compreensão e a percepção das implicações. Há uma clara comparação entre esse método e o de Descartes, pois ambos desejam que sua filosofia assuma a forma de um sistema dedutivo.

Contudo, o padrão seguido por Descartes não é o de premissas empíricas que levam a um sistema dedutivo, mas sim o de verdades autoevidentes ou premissas intuitivas, como na matemática. Assim, o modelo para Descartes é o de um sistema geométrico, onde se têm axiomas seguidos de provas dedutivas, conduzindo a conclusões firmes e certas. E parte da razão pela qual Descartes faz isso reside em sua reação ao ceticismo que pairava no ar naquele momento.

O que ele queria era certeza absoluta, seja certeza intuitiva ou certeza lógica. E assim, premissas intuitivamente certas e conclusões logicamente certas. Em virtude do método matemático.

E abordaremos isso mais adiante, conforme avançarmos no assunto. No desenvolvimento de suas crenças filosóficas, Hobbes se revela um materialista convicto. Matéria e movimento parecem explicar tudo.

Descartes, por outro lado, é um dualista. Ele deseja distinguir mente de matéria e sustenta que mentes ou almas são entidades imateriais, de modo que um ser humano é um composto de dois tipos diferentes de coisas. Uma entidade fisicamente extensa, a matéria, e uma entidade pensante, a mente ou a alma, são dualistas.

Certo? Hobbes era determinista. Sim, tudo, incluindo nossos pensamentos e decisões, é determinado causalmente. O que consideramos uma decisão livre é simplesmente nossa ambivalência entre dois impulsos ou motivos conflitantes, entende?

E a escolha se resume a inclinar-se para um lado dessa oscilação. Por outro lado, Descartes, com uma mente-alma que possui um status separado do corpo, é capaz de afirmar que a mente é independente desses mecanismos causais. Assim, Descartes afirma a liberdade da vontade, a liberdade de nossas escolhas.

Ele é um libertário, não um determinista. O egoísmo psicológico caracteriza Hobbes. Ou seja, nosso impulso de sobrevivência, de autopreservação, é a paixão que nos consome, e esse interesse próprio é o que nos impulsiona em tudo o que fazemos.

O resultado é que, quando se trata de ética, seu apelo à reta razão, que era exatamente o que Occam havia invocado, se dá em termos de prudência e consequências. E o que ele chama de lei natural certamente não é uma lei natural fundamentada metafisicamente na natureza da realidade. É simplesmente o tipo de lei natural que os humanos buscam por desejo de autopreservação.

Ou seja, faça as pazes se quiser sobreviver. Faça as pazes. A primeira regra da prudência.

E é isso que ele chama de lei natural. A abordagem ética geral de Hobbes é permeada por um forte hedonismo. Trata-se, na verdade, de uma ética epicurista, se considerarmos o período helenístico.

Veremos que Descartes se aproxima mais da ética estoica. Ele não escreveu um tratado sistemático sobre ética, mas dedicou um livro às paixões, emoções e sentimentos. Sua visão é de que nossas paixões, emoções e desejos são, em si mesmos, bons, mas podem nos levar a situações problemáticas.

Em outras palavras, ele tem uma visão mais positiva da natureza humana do que Hobbes. O que as paixões precisam é simplesmente de um pouco de orientação racional. Portanto, trata-se do domínio da razão sobre as paixões, e o bem naturalmente decorre disso.

Portanto, trata-se muito mais de uma ética estoica. O que Hobbes vinha buscando era essa visão erastiana da relação entre Igreja e Estado. Ou seja, em questões onde há diferenças e controvérsias religiosas, onde o sectarismo e o conflito eclodem, como na Guerra Civil Inglesa, o que devemos fazer é submeter-nos à decisão do Estado a esse respeito.

E, conseqüentemente, o Estado tem autoridade sobre o que se tornará doutrina da Igreja. Ora, os fundamentos da fé cristã são uma coisa. Aí, há consenso.

A existência de Deus, a trindade divina e o perdão por meio de Cristo. Mas, além desses princípios básicos, para evitar os conflitos religiosos tão comuns no

continente europeu e na Grã-Bretanha, a Igreja se submetia ao Estado. Essa visão erastiana era bastante comum na Grã-Bretanha naquela época.

Por outro lado, Descartes parece ter sido um católico romano bastante tradicional em seu pensamento sobre a Igreja. E o que nos resta, em nono lugar, é o que Hobbes considera filosoficamente significativo sobre Deus. O que parece surgir, embora ele nunca formule a prova, é que certamente é persuasivo, no mínimo, que Deus deve ser a primeira causa eficiente em toda a cadeia de causa e efeito que produziu as coisas como as conhecemos hoje.

Isso é praticamente tudo o que ele está disposto a dizer, filosoficamente, devido à sua metodologia, que consiste em desvendar mecanismos de causa e efeito. É tudo o que ele está disposto a dizer sobre Deus, embora, como um anglicano praticante e de ampla atuação na igreja, ele obviamente pareça acreditar em mais do que isso, mas com base na autoridade da igreja e do Estado. E ele fala longamente sobre a revelação bíblica.

Por outro lado, Descartes quer dizer mais. Lembrem-se, Descartes é um conceitualista, não um realista em relação aos universais. Portanto, em termos das realidades objetivas envolvidas, ele só pode falar de Deus como uma causa eficiente, não como uma causa formal, apenas como uma causa eficiente.

Mas ele queria ter, eh, a imagem de Deus que obteve dos medievais. Ele estudou em uma escola jesuíta em La Flèche; portanto, estava bem familiarizado com o pensamento medieval. Tomás de Aquino, Duns Scotus e outros.

Assim, Deus não é apenas a causa eficiente, mas também bom. E você não vê Hobbes falando filosoficamente sobre a bondade de Deus. Você vê Descartes falando sobre a bondade de Deus.

E, hum, o motivo que mencionarei daqui a pouco, mas deixe-me fazer uma pausa aqui e ver se este resumo sobre Hobbes refresca sua memória. Está claro? Você quer algum esclarecimento, alguma repetição? Sim, Kristen. Ok.

À medida que o cientista coleta dados observacionais, uma massa de informações, não necessariamente coordenadas, interpretadas em termos de teoria e implicações, torna-se disponível. Agora, como isso será organizado? Na verdade, o que acontece é que as observações, experimentos e análises do cientista estão desconstruindo o mundo da nossa experiência cotidiana. Como, por exemplo, a árvore com uma maçã caindo, que vai atingir Isaac Newton na cabeça.

Bem, veja bem, analisando tudo isso. Agora, o que você quer, no entanto, é uma compreensão teórica sistemática. Então, tendo, por assim dizer, desmembrado tudo em suas observações particulares, você tenta reconstituir essa compreensão.

E você reconstitui isso em termos de premissas, seguidas por deduções lógicas, que levam a conclusões adicionais. Essencialmente, organizando todas as suas observações como premissas ou inferências adicionais para mostrar a inter-relação lógica. Certo, e então tirando deduções adicionais.

Bem, o método reconstitutivo. Quando chegarmos ao século XIX, haverá uma mudança sutil nisso, embora ainda persista. Porque no método hipotético-dedutivo, ou seja, nas premissas para a reconstituição dedutiva, as premissas são hipóteses.

Enquanto para Hobbes as premissas são generalizações empíricas. Você percebe essa diferença? Então, de certa forma, existem três maneiras de formular um corpo de conhecimento teórico nas ciências. Ou premissas empíricas, seguidas de inferência dedutiva; ou premissas intuitivas, como axiomas matemáticos, seguidas de inferência dedutiva; ou, a partir do século XIX, uma hipótese.

E o que você deduz das hipóteses são as coisas que você descobriu empiricamente. Você mostra que todas elas derivam de alguma lei geral abrangente. Uma generalização empírica ampla, da qual suas descobertas empíricas são apenas instâncias particulares.

Certo, então vamos abordar isso quando chegarmos a John Stuart Mill no próximo semestre. David? Sim, sim, Bacon parece não estar familiarizado com o método dedutivo. Você encontra em quase todos os comentários ou em qualquer obra histórica que fale sobre Bacon essa tendência, essa necessidade de se aprofundar em métodos matemáticos; essa é uma de suas lacunas.

O uso de hipóteses é uma das diferenças entre os métodos de Bacon e os métodos indutivos posteriores, entende? Agora, o uso de hipóteses ganha destaque, como eu estava dizendo à Kristen, no século XIX. Mas os métodos matemáticos, não, de certa forma, já estavam presentes em Descartes.

Sim. Certo. Mais alguma coisa sobre Hobbes? Então, permita-me acrescentar um comentário sobre o número nove, referente a Deus.

Já falamos sobre o colapso da ciência medieval, enraizada na ciência grega, pitagórica, platônica ou aristotélica, conforme o caso. E o colapso dessa ciência se deveu, em grande medida, à ascensão do nominalismo, ao desenvolvimento de métodos puramente empíricos, já que não existem formas que precisem ser acessadas por outros meios que não os empíricos. Ora, argumenta-se que houve outras razões para a transição para os métodos empíricos além da simples ascensão do nominalismo.

Outras razões. Então, um filósofo britânico chamado Michael Foster, MP Foster, em uma série de artigos na década de 1930, há muito tempo, na revista Mind, uma série de artigos muito famosa, desenvolveu esta tese, de que o surgimento da ciência empírica se deve ao fato de que, no final da Idade Média, reconheceu-se que, se levamos a sério a doutrina da criação, segue-se que a natureza da criação física é completamente contingente. Não precisa ser.

Não precisa ser assim. Ou seja, se não há criação necessária, se não há formas fixas que tornam as coisas necessárias, então o que temos é a contingência das coisas criadas, como de fato disse Guilherme de Ockham. Mas se você quer entender como as coisas são na natureza, basta observar e usar métodos empíricos.

No entanto, o que nos garantirá que os processos da natureza serão acessíveis, inteligíveis e que nossos métodos empíricos serão confiáveis? E aí, novamente, temos algum tipo de justificativa teológica que foi sugerida. Alfred North Whitehead, que leremos no último terço do segundo semestre. Alfred North Whitehead, matemático, físico e filósofo do século XX.

Ele argumenta, em certo ponto, que foi a confiança na racionalidade de Deus que conferiu confiança na inteligibilidade da criação divina. Veja bem, independentemente da teoria das formas, que teria sido o meio pelo qual Deus supostamente conferiu ordem inteligível à criação, e independentemente disso, concedeu a um Deus racional a inteligibilidade da criação. Mas a questão que permanece não diz respeito às condições objetivas que tornam a natureza inteligível, mas sim às condições subjetivas que tornam a racionalidade humana confiável e que tornam os sentidos humanos verossímeis.

Entende ? Bem, quem tentou argumentar a favor da confiabilidade da razão e dos sentidos humanos foi Descartes. Ora, se a sua introdução a Descartes no curso introdutório foi em termos de seu ceticismo, sim, ainda é o mesmo Descartes. Ele começa metodologicamente de onde o cético parte.

Cético em relação à razão, cético em relação aos sentidos. Mas você verá que, quando ele chega à quarta meditação, argumenta que a razão é confiável porque um Deus bom não nos enganaria nos dando faculdades intelectuais falhas. Portanto, ela se baseia na bondade de Deus.

E quando, finalmente, na sexta meditação, ao final de suas meditações, ele aborda a experiência sensorial, novamente apresenta o mesmo tipo de argumento: que, em última análise, nossos sentidos são confiáveis se os utilizarmos corretamente, pois um Deus bom não nos enganaria dando-nos sentidos não confiáveis. Portanto, a questão é que Descartes consegue ir além de simplesmente afirmar que Deus é uma causa eficiente.

Ele consegue ir além graças à bondade de Deus e falar sobre a confiabilidade da razão humana e dos sentidos. Consequentemente, ele se mostra muito mais otimista em relação ao desenvolvimento da ciência e da filosofia do que os cétricos jamais poderiam ter sido, e certamente mais confiante nas possibilidades racionais do que Thomas Hobbes. Algum comentário? Alguma pergunta? Tem havido bastante debate e discussão sobre a influência do pensamento medieval na formação das bases para o surgimento da ciência moderna. Esse tipo de assunto é abordado detalhadamente na história da ciência.

Um dos nossos ex-alunos, David Lindbergh, leciona história da ciência na Universidade de Wisconsin, em Madison. E Lindbergh se mostra cauteloso com essas justificativas fáceis. Ele argumenta que, em Nos textos reais da Idade Média, ele não encontra esse tipo de confiança expressa.

Bem, o princípio fundamental está presente, faz parte da resposta. E outra coisa é que é o princípio da confiança em um mundo divinamente criado que fundamenta tanto a teoria das formas, certo, quanto a confiança contínua que pessoas como Ockham e Bacon tinham na acessibilidade empírica da natureza à compreensão humana. Então, contanto que você diga isso com cautela, parece-me que há uma boa base aí.

David? Surgiu da confiança? A tese de Descartes não é uma tese histórica. Ele não está dizendo que a confiança na ciência surgiu por causa de... Não, essa é a tese de pessoas como Whitehead e, hum, Michael Foster.

A tese de Descartes é que, logicamente, trata-se de uma tese lógica, não histórica. Logicamente, já que Deus é bom, certo, premissa, já que Deus é bom, e ele oferece na meditação anterior uma prova disso, veja bem. Mas se Deus é bom, então o que Deus faz é bom.

Portanto, as habilidades, as faculdades que Deus nos deu, são confiáveis, ou Deus estaria nos enganando, e isso não seria bom, entende? Um Deus bom não engana, não nos dá faculdades enganosas. Então, esta é uma justificativa lógica, e não um argumento histórico.

Certo. Muito bem, então estou pronto para passar para o próprio Descartes. Que tal? Ok.

O que temos na antologia são as Meditações, provavelmente sua obra mais influente. Aliás, se você ler os comentários introdutórios do editor, os comentários introdutórios de Kaufman, antes de chegar às Meditações, ele observa que foi esta obra o ponto de partida para a filosofia posterior de Benedict Spinoza, do filósofo francês Malebranche e de Leibniz. Um ponto de referência tremendamente influente.

Além disso, até hoje, Descartes é provavelmente o filósofo francês mais respeitado antes do século XX e, no século XX, continua sendo o filósofo francês mais respeitado. Parece ser característico que, quando as pessoas lecionam na Sorbonne pela primeira vez, todas prestem homenagem a René Descartes. Ele é uma figura tão imponente.

Mas você poderá, ao ler as meditações, perceber quase imediatamente que, apesar de todo o contraste entre Hobbes e, aliás, entre Bacon e Descartes, existe um forte ponto de semelhança inicial entre Bacon e Descartes. Veja bem, Bacon começa sua discussão sobre como conhecemos derrubando todos os ídolos. Lembra? Os ídolos da caverna, os ídolos do mercado, os ídolos de, e assim por diante.

Ou seja, premissas e métodos falhos. Ele não confia nos métodos filosóficos ou científicos do passado, nem nas crenças filosóficas do passado. Todos estão sujeitos a dúvidas.

Bem, isso é Bacon, mas Descartes, nesse aspecto, é praticamente o mesmo, porque a primeira meditação nas Meditações de Descartes é precisamente, da parte dele, uma tentativa de expor a tese "duvido" e de apresentar razões para a dúvida. Ora, o que eles estão fazendo, no contexto histórico, já deveria ser bastante óbvio. Lembra-se do que dissemos sobre o vácuo epistemológico criado pelo colapso da metodologia escolástica? Lembra-se também da ascensão do ceticismo? E o que tanto Bacon quanto Hobbes estão fazendo, portanto, é prestar atenção séria à submissão dos céticos aos métodos de conhecimento e às crenças existentes.

Prestando atenção seriamente. E, por assim dizer, identificando-se com a posição cética. E, ao conceber um novo método, rompendo com o ceticismo e inaugurando uma nova era de investigação filosófica.

Então, de certa forma, ambos estão concordando com o argumento do cético sobre a ciência e a filosofia até o momento, entende? Mas dizer que a ciência e a filosofia até o momento são questionáveis não implica que a ciência e a filosofia no futuro sempre serão questionáveis, se conseguirmos encontrar o método correto. E é exatamente isso que eles estão tentando fazer. Bacon estava propondo um método empírico muito mais rigoroso do que os usados anteriormente.

Descartes desenvolveu um tipo de análise e método lógico que, segundo ele, era operante na matemática, algo que, aparentemente, não era questionado pelos céticos de sua época. Ora, Sexto Empírico, o cético romano, chegou a escrever uma obra contra os matemáticos. Descartes jamais questionou a natureza do raciocínio matemático.

Bem, nunca questione isso. Ele questiona, sim, mas é o raciocínio matemático que se mostrou mais aberto a dúvidas e consensos, simplesmente por causa da natureza de uma demonstração matemática. Em outras palavras, se você puder decompor um assunto em uma sucessão de julgamentos individuais, proposições, e organizá-los em ordem lógica, começando com o que é intuitivamente, axiomáticamente autoevidente, e prosseguindo por inferência dedutiva, veja bem, é isso que a matemática faz.

Então, o que você pode ter é conhecimento realmente concreto. Agora, neste nível do novo método, a grande diferença entre o novo método de Bacon e o novo método de Descartes é a seguinte: na vertente empirista, onde as premissas são generalizações empíricas, o que você tem é evidência, talvez probabilidade, mas nenhuma certeza. Mas na tradição cartesiana, se as premissas são autoevidentes e intuitivas, o que você tem é certeza absoluta, como ele diz, além de qualquer dúvida.

Certeza, indubitável, que significa não poder ser posto em dúvida, são as primeiras premissas indubitáveis. Ora, o resultado é que, se por esse método você está tentando justificar certas conclusões, está tentando justificar a crença de que certas conclusões são verdadeiras, o máximo que você terá na linha empírica será a probabilidade, entende? E uma abordagem, portanto, para a justificação de crenças, que na epistemologia atual é conhecida como evidencialismo, e veremos mais sobre isso em John Locke na primeira semana de aula em janeiro, certo? O evidencialismo de John Locke. John Locke, de fato, diz que você deve adequar sua crença à evidência, entende?

Por outro lado, Descartes, com sua certeza indubitável, estabelece as bases para a abordagem da justificação de crenças, que hoje é chamada de fundacionalismo. O fundacionalismo radical, ou às vezes fundacionalismo forte, tenta afirmar que, sim, temos primeiros princípios indubitáveis e, portanto, conclusões indubitavelmente certas. Já o fundacionalismo moderado tende a flexibilizar essa ideia se as premissas forem um pouco menos precisas do que certas, lógica ou intuitivamente certas, certo? Hoje em dia, muito se fala sobre epistemologia, e se você frequenta as aulas de Jay Wood, ouvirá isso constantemente, pois esse é o seu foco principal: justificação de crenças, fundacionalismo e evidencialismo. É aí que reside a diferença. Ela surge na diferença dos pontos de partida para um sistema dedutivo, seja na indução baconiana, por assim dizer, e nas premissas empíricas, ou nos axiomas de Descartes, de cunho matemático. Certo, ficou claro? Aliás, o que você diz sobre a justificação das crenças geralmente se aplica a áreas como a apologética, porque a apologética cristã é simplesmente uma tentativa de fornecer justificativas para acreditar em certas crenças cristãs, entende? Portanto, as mesmas estratégias estão envolvidas.

Na verdade, seria possível traçar a história da apologética cristã traçando a história da epistemologia, porque a apologética nada mais é do que epistemologia aplicada,

pelo menos quando feita de forma reflexiva sobre o método. É simplesmente epistemologia aplicada, certo? Muito bem, então, a Meditação I desenvolve o que geralmente chamamos de ceticismo metodológico, e, em sua leitura, observe algumas das razões que Descartes apresenta para esse tipo de ceticismo que ele adota por causa de seu método. Observe a relatividade da percepção sensorial.

A relatividade da percepção sensorial não é novidade, quero dizer, falamos disso desde os pré-socráticos. Platão já falava sobre isso. O empirista reconhece a relatividade da percepção sensorial, entende? Em relação às condições de observação, em relação ao observador, em relação ao tempo e ao espaço, e assim por diante.

Em segundo lugar, ele utiliza a hipótese de que talvez Deus nos engane, ou, se Deus não nos engana, talvez haja algum espírito maligno, algum demônio maligno nos iludindo, de modo que o que pensamos ser verdade, o que pensamos ver, não seja verdade de forma alguma. Isso é possível? Pelo menos é uma possibilidade hipotética. O quão realista é essa possibilidade é outra questão, mas se você quer algo sem qualquer dúvida, precisa descartar até mesmo as possibilidades mais hipotéticas se busca esse tipo de certeza.

Portanto, fique atento. Ele não se contentará com probabilidades; tenha isso em mente. O que ele faz então é estabelecer certas regras para o que deseja, não nas meditações, mas em uma de suas outras obras, chamada Discurso sobre o Método. As quatro primeiras regras que ele estabelece são as seguintes: aceitaremos como intuitivo apenas o que for tão claro e tão distinto a ponto de estar além de qualquer dúvida.

Aceitaremos como intuitivamente evidente, como intuitivamente verdadeiro, apenas o que for tão claro e distinto a ponto de estar além de qualquer dúvida. A expressão "ideias claras e distintas" é a marca registrada de todos os escritos de Descartes. Tão claras que não permitem confusão ou imprecisão.

Tão distinto que você sabe que não está confundindo duas noções relacionadas, ok? Clareza e distinção. Agora, para obter clareza e distinção, ele acha que precisamos analisar qualquer crença em suas partes constituintes. Ou seja, decompor um corpo de conhecimento em seus ingredientes essenciais.

Essa é a segunda regra. Terceiro, reorganize-os, faça com que essa abordagem reconstitutiva volte a se manifestar. Reorganize-os na forma de uma demonstração lógica.

Reorganize-os na forma de uma demonstração lógica. E então, número quatro, igual ao que seu professor de geometria do ensino médio lhe disse: verifique e revise cada

demonstração e cada passo em cada demonstração. Essas são as regras que ele propõe.

E como eu disse, o ponto crucial é o primeiro: clareza e distinção. Agora, uma das coisas que causa confusão é que ele tende a usar vários sinônimos para essa questão do conhecimento intuitivo. Ele fala de clareza e distinção.

Isso faz parte da questão. Ele usa os termos intuição e intuitivo. E por intuitivo, o que se entende é consciência direta.

Uma consciência direta de algo como realmente é. Agora, atenção, ele não diz que temos conhecimento intuitivo de objetos materiais. Ele não diz que temos conhecimento intuitivo da existência de Deus.

Essas são coisas que precisam ser comprovadas. O que nós sabemos intuitivamente são as nossas ideias. Temos consciência direta das nossas próprias ideias, entende?

E ele busca uma percepção direta, com clareza e nitidez. Ou seja, intuitiva. Ora, quando existe esse conhecimento intuitivo, é apropriado dizer que essas ideias nos são ensinadas pela natureza.

Aprendemos com a natureza. Com a luz natural da razão. Com a luz natural da razão.

Expressão interessante. Obviamente, trata-se de uma metáfora platônica. A luz, uma vez que se sai da caverna, ou a luz que existe fora da caverna, é a luz natural da razão, mas tem raízes agostinianas.

Acontece que, o que em Agostinho era a luz do logos divino iluminando o objeto do nosso conhecimento e a mente para vê-lo, em Descartes tornou-se simplesmente a luz da própria razão. Não há doutrina do logos em Descartes, porque ele não é um escolástico. Ele não possui a teoria das formas para fundamentar uma doutrina do logos, da maneira como havia sido desenvolvida pelos escolásticos, entende?

Então, o que era a luz do logos agora é apenas a luz da razão humana. Certo? A luz da razão. Ele faz uma distinção entre realidade objetiva e realidade formal.

Ou seja, quando temos uma ideia clara e distinta que é intuitivamente evidente à luz natural da razão, então o que temos diante da mente é uma ideia com realidade objetiva. Veja bem, o objeto, o objeto imediato da consciência, é a ideia. A ideia, não a realidade externa.

Numa teoria representacional do conhecimento, aquilo de que você tem consciência imediatamente são as suas ideias, entende? Então ele fala da realidade objetiva da

ideia como distinta da realidade formal da coisa externa que ela representa. A realidade formal é a causa da ideia objetivamente real.

Certo? E essas frases e essa última distinção tornam-se bastante importantes à medida que você continua lendo sua linha de raciocínio e percebe que elas aparecem com frequência. Esta aqui, a última em particular, torna-se muito influente em seu argumento para a existência de Deus na meditação 3. Portanto, preste atenção nela, por favor. Vamos ver.

Ah sim, outra expressão que ele usa não deve surpreendê-lo: "autoevidente". Certas crenças contêm suas próprias evidências.

E inato. Mas cuidado com essa. Platão falava de conhecimento inato, ideias inatas, mas num sentido muito diferente de inato, não é? Para Platão, uma ideia inata é aquela que está na sua mente desde uma existência anterior.

É literalmente inato. Quando você nasce, você já o possui. Você só precisa se lembrar dele.

Mas para Descartes, inato não significa nada disso. Inato significa simplesmente que é inerente a nós. É algo natural, de origem natural.

Tem origem natural. Não é uma ficção que inventamos, mas sim uma ideia espontânea e natural que simplesmente surge na mente. Ora, tenho falado de ideias, mas nenhuma das ideias que ele tem em mente nesse tipo de relato é empírica.

Nenhuma delas. O que ele está dizendo é que a mente, de alguma forma, tem um despertar interno, emergindo na consciência, a própria mente começando espontaneamente a pensar essas ideias. Elas são, nesse sentido, a priori.

Sim, a priori significa anterior a, independente de, toda experiência. E essa ideia de a priori geralmente é considerada universal — todos a possuem — e necessária. Há uma certa necessidade lógica envolvida.

O oposto disso implicaria, direta ou indiretamente, algum tipo de contradição. E essa noção de a priori, que começa em Descartes — ah, sim, tem raízes ainda mais antigas, em Platão e assim por diante — mas, nessa forma, começa em Descartes e se estende por toda essa tradição racionalista continental. É isso que, na verdade, distingue o racionalismo do empirismo.

O empirista diz que não temos conhecimento a priori. O racionalista diz que temos. Conhecimento a priori.

Bem, nesse sentido, quando Jefferson declarou: "Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas", sim, isso é uma forma de conhecimento a priori. Jefferson parece ter sido mais influenciado pelos estoicos do que por qualquer outra tradição filosófica, e o que ele pode ter tido em mente, pelo menos para pessoas da jurisprudência romana e assim por diante, como Lark e outros dessa tradição, é que, quando Jefferson disse isso, provavelmente estava usando o termo no sentido de que, quando tais ideias nos são apresentadas, elas imediatamente se tornam irresistíveis, naturalmente, espontaneamente, quando as compreendemos.

Você se lembra da visão estoica das verdades irresistíveis? Consideramos essas verdades como autoevidentes, autoevidentes. Isso ainda é um tipo de conhecimento a priori, embora Descartes queira ir além disso, e ele parece pensar não na mente da mente, não apenas no reconhecimento de algo quando é dito, mas na capacidade de gerar ideias espontaneamente.

Elas se desenvolvem espontaneamente na mente, como, por exemplo, o caso crucial para ele será a ideia de Deus, não é? A ideia de Deus, sim. Ok, agora isso, o que às vezes é chamado de critério intuitivo, um critério intuitivo de verdade, é aplicado não apenas às premissas, mas também às inferências que você tira dessas premissas, de modo que uma maneira pela qual uma ideia surge é quando ela se desvia das suas premissas enquanto você está tirando uma conclusão. Ela salta aos seus olhos.

Três mais cinco é igual a, salta aos olhos, entende? Ora, um mortal como Sócrates é um homem, portanto, e a conclusão de um silogismo lógico salta aos olhos, torna-se intuitivamente evidente, entende? Então ele quer que as conclusões, à luz das premissas, sejam o mais claras e distintas possível.

Então, o método dele envolve intuição e dedução. Intuição e dedução. Bem, é à luz desse tipo de exigência que ele inicialmente se mostra cético, porque quando ele testa essas regras, veja só, elas não lhe fornecem muita informação útil.

Bem, esse ponto de partida de Descartes foi muito criticado, muito criticado. Quando chegarmos ao pragmatismo americano, veremos um dos fundadores da tradição pragmatista, Charles Sanders Peirce, falar da dúvida como algo completamente irreal. Descartes não duvida dessas coisas de forma alguma.

Não, é uma estratégia metodológica, entende? Mas qual é o sentido, então, de uma estratégia metodológica? Por que não simplesmente acreditar no que você já acredita, se isso resistir ao escrutínio? Bem, a diferença entre isso e começar tudo de novo, o que eles estão fazendo em uma era de ceticismo e outras abordagens. Uma das críticas que isso tem recebido é que Descartes conta a história de ter se trancado em um quarto aquecido por um fogão durante um inverno.

Ele estava viajando, aparentemente, pela Holanda, ou pelo menos pelos Países Baixos, e decidiu que teria que literalmente esperar o tempo passar. Então, em um quarto aquecido por um fogão a lenha, resolveu se dedicar a ver se conseguia formular toda a gama de ideias em que acreditava usando esse tipo de sistema dedutivo intuitivo. Agora, consegue imaginar? Aqui está Descartes em seu quarto aquecido por um fogão a lenha.

Está frio lá fora. Vamos colocar mais lenha no fogão. Agora, onde estávamos? Será que eu realmente tenho um corpo? Ah, precisamos de mais lenha no fogão.

Entende a contradição implícita? Em outras palavras, o que ele faz na teoria é contradito pelo que ele faz na prática. Mas isso não o incomodava, porque o critério com o qual ele trabalhava não era pragmático. Ele tinha uma exigência diferente.

Uma experiência prática poderia ser explicada de outra maneira, entende? Como foi o caso, é claro, mais tarde com George Berkeley, o idealista subjetivo. Mas, tipicamente, o realista que quer argumentar que temos uma consciência direta da realidade vai rejeitar completamente o método de Descartes. Veja bem, se você diz que temos uma consciência direta das realidades externas, em vez de ser inteiramente representacional, então você não precisa dessas provas.

O fato de você estar com frio prova que você tem um corpo. Já passou mal no mar? Sabe, não consigo imaginar alguém que esteja enjoado e ainda tenha uma semana no mar pela frente sequer pensando que não tem um corpo. É uma das coisas mais terríveis.

Você sente como se metade do seu corpo já tivesse ido para o exterior. Bem, esse é o tipo de crítica que ele às vezes recebe.